



Universidade de Brasília

Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade.

Departamento de Administração

Curso de Graduação em Administração à distância

JOSÉ OTÁVIO DA SILVA

**GESTÃO PÚBLICA, SOCIAL E AMBIENTAL:
A ORLA DE MANAUS E O COMPORTAMENTO DE SEUS USUÁRIOS
NA QUESTÃO DO LIXO**

Brasília - DF

2012

JOSÉ OTÁVIO DA SILVA

**GESTÃO PÚBLICA, SOCIAL E AMBIENTAL:
A ORLA DE MANAUS E O COMPORTAMENTO DE SEUS USUÁRIOS
NA QUESTÃO DO LIXO**

Projeto de monografia apresentado ao Departamento de Administração como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Administração na modalidade à distância pela Universidade de Brasília – UNB

Professora Supervisora: Dr.^a Selma Lúcia de Moura Gonzales
Professor Tutor: M.Sc. Gilberto Manoel de França Leite

Brasília – DF

2012

Silva, José Otávio.

Gestão Pública, Social e Ambiental: A orla de Manaus e comportamento de seus usuários na questão do lixo/ José Otávio da Silva – Manaus, 2012.

31 f.: il.

Monografia (bacharelado) – Universidade de Brasília, Departamento de Administração - EAD, 2012.

Orientador: Prof. Msc. Gilberto Manoel de França Leite, Departamento de Administração.

1. Introdução. 2. Referencial Teórico. 3. Métodos. 4. Técnicas da Pesquisa. I. A complexidade ambiental e o papel da sociedade: A orla de Manaus e seus aspectos.

JOSÉ OTÁVIO DA SILVA

**GESTÃO PÚBLICA, SOCIAL E AMBIENTAL:
A ORLA DE MANAUS E O COMPORTAMENTO DE SEUS USUÁRIOS
NA QUESTÃO DO LIXO**

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de
Conclusão do Curso de Administração da Universidade de Brasília do
(a) aluno (a)

JOSÉ OTÁVIO DA SILVA

Msc **Gilberto Manoel de França Leite**
Professor-Orientador

Titulação, Nome completo,
Professor-Examinador

Titulação, nome completo
Professor-Examinador

Brasília, de de

(colocar a data da entrega ou defesa oral, se houver)

A minha família, pelas angústias e preocupações, pelo amor, carinho e estímulo que me ofereceram, dedico-lhes essa conquista como gratidão:
Aos meus pais, Eurico Saraiva e Elvira de Matos Galvão (*in memoriam*);
A minha esposa, Albani Salvioni;
Aos meus Filhos Lirna , Marcel e Andrei.

Agradeço primeiramente a Deus, aos Tutores e a todas as pessoas que contribuíram para elaboração deste trabalho.

É preciso ousar para dizer cientificamente
que estudados, aprendemos, ensinamos.

RESUMO

O presente trabalho vem descrever o atual cenário da orla de Manaus, bem como identificar a existência e as possíveis razões das práticas de coleta, reciclagem e destinação dos resíduos sólidos urbanos. Essa parte da cidade é frequentada por um público diversificado, concomitantemente os resíduos dispostos na orla são de origens também variadas. As fontes são de origem doméstica, resíduos industriais e principalmente orgânicos gerados pelos feirantes da área.

Nesta realidade heterogênea, a prática ambiental urbana ganha contornos de grande complexidade na qual as cidades convivem ao mesmo tempo com problemas típicos de pobreza e problemas relacionados ao consumo com excessivo crescimento de resíduos sólidos.

Apesar dos frequentadores da orla reconhecerem a responsabilidade individual em relação ao processo de disposição do lixo, quando observados, eles demonstram nem sempre cumprir as responsabilidades atribuídas a si próprios. Sob essa ótica constata-se a importância dos processos educacionais para a formação de cidadãos conscientes, aptos para decidirem e atuarem em sua realidade de um modo comprometido com a vida e com o meio ambiente.

Palavra - chave: Resíduos sólidos e Educação ambiental

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10,11
1.1	Formulação do Problema	12
1.1.1	Hipóteses	12
1.2	objetivos da Pesquisa	12
1.2.1	Objetivo Geral	12
1.3	Orla Manaus e seus Aspectos	12
1.3.1	Breve Histórico do Porto de Manaus	
1.3.2	Localização	13
1.3.3	Estrutura do Porto de Manaus	14
1.4	Justificativa	14
2	REFERENCIAL TEÓRICO	15
2,1	A complexidade Ambiental e o Papel da Sociedade	15
2.2	O Papel do Estado – Políticas Públicas voltadas para a Sustentabilidade.	17
2.3	A gestão dos resíduos sólidos no Brasil	18
3	TÉCNICAS UTILIZADAS NO TRABALHO	20,21,22,23,24,25,26,27,28,29
4.	CONCLUSÃO	30
	REFERÊNCIAS	

1. INTRODUÇÃO

É conhecida a relação entre os problemas da população mundial e a questão da deterioração do meio ambiente. Grande parte da população global mora em grandes centros urbanos, justamente onde ocorrem os maiores problemas relacionados à saúde pública e que espelham a precariedade do tratamento e destinação do lixo.

A questão infere a necessidade da discussão por parte dos envolvidos, como governos, empresariado e propriamente a sociedade, bem como o agenciamento de estudos, em busca de alternativas visando minimizar a degradação da natureza, bem como ampliar o bem-estar da sociedade como um todo.

No Brasil, a capacidade de prover aos seus habitantes, soluções para a redução de lixo não ocorre na mesma proporção em que a sociedade cresce. O excessivo volume de resíduos sólidos produzidos pelos novos hábitos da sociedade tem tornado o lixo urbano um dos maiores problemas sanitários e ambientais.

As reflexões sobre as políticas públicas de sustentabilidade, em um cenário marcado pela degradação permanente ao meio ambiente, envolvem uma necessária articulação de vários atores sociais. O gerenciamento do lixo urbano deve se voltar para o desenvolvimento da consciência ecológica do cidadão e requer medidas indispensáveis para a proposição de um novo paradigma que mova a sociedade, em uma atitude consciente quanto à sua responsabilidade junto ao meio ambiente.

Neste sentido, podem ser destacadas medidas que consistam na introdução de novos hábitos e mudança de comportamento da população, a fim de promover a redução da geração desnecessária de lixo, bem como o de melhor alocação de seus resíduos. O presente texto vem descrever o atual cenário da orla de Manaus, bem como identificar a existência e as possíveis razões das práticas de coleta, reciclagem e destinação dos resíduos sólidos urbanos.

Atualmente os usuários dos terminais portuários é um publico diversificado. Diariamente passam pela orla: turistas, passageiros, donos de embarcações, pescadores, moradores da região e etc. Concomitantemente o lixo e resíduos dispostos na orla, são de origem também variada. As fontes são de hábitos domésticos, despejos e resíduos industriais, escoamento da chuva das áreas

urbanas entre outros. Neste cenário, a prática ambiental urbana, ganha contornos de grande complexidade em uma realidade heterogênea, na qual as cidades convivem ao mesmo tempo com problemas típicos da pobreza e problemas relacionados ao consumo com excessivo crescimento de resíduos sólidos.

O principal foco do conflito de interesses em torno das políticas ambientais urbanas é a tensão entre o uso público e privado dos recursos econômicos, sociais, culturais. Neste sentido, o papel da sociedade deve ser o de facilitar ações alternativas de um novo processo de reciclagem e destinação dos resíduos sólidos urbanos, numa perspectiva que priorize políticas públicas que minimizem as ações antrópicas sobre o meio ambiente com consequências cada vez mais complexas tanto em termos quantitativos quanto qualitativos.

Hoje a sociedade é julgada pela forma como ela dispensa o lixo que produz, sendo a questão ambiental um elemento de grande importância na aferição do grau de responsabilidade social. A problemática do lixo infere à sociedade um papel central na reflexão sobre as dimensões que cada ação de sustentabilidade representa para o meio ambiente.

1.1.1 Hipóteses

- a) O comportamento dos usuários da orla de Manaus deixa clara a inobservância sobre a gestão do lixo urbano;
- b) A população do entorno da orla ainda não se conscientizou que a preocupação socioambiental pode viabilizar o crescimento econômico da região.
- c) As políticas públicas de gestão de resíduos sólidos, aplicadas na região, ainda não alcançaram sua efetividade, sob a população da Orla de Manaus.

1.2 Objetivos da pesquisa

1.2.1 Objetivo geral

Caracterizar a situação dos resíduos sólidos na orla de Manaus e dentro deste contexto, determinar o comportamento dos usuários no âmbito da problemática sócio ambiental.

1.2.2 Objetivos específicos

- Analisar as formas de produção e coletas de lixo na orla de Manaus;
- Identificar possíveis ações que provoquem o acúmulo de lixo na orla;
- Identificar os principais atores que contribui para produção e descarte do lixo na orla de Manaus;
- Levantar as questões relacionadas à produção e o descarte do lixo na orla de Manaus;
- Apresentar soluções e meios de como lidar com esses resíduos sólidos e buscar redução dos mesmos.

1.3 Orla de Manaus e seus aspectos

1.3.1 Breve Histórico do porto de Manaus

O porto de Manaus localiza-se na costa Oeste do rio Negro, zona central da cidade atende os Estados do Amazonas, Pará, Roraima, Rondônia, Acre e áreas do

norte do Mato Grosso. É um dos maiores portos fluviais do mundo, o maior porto da Amazônia e terceiro maior porto exportador do país.

O porto (Roadway) foi construído pela companhia inglesa Manaus - Harbor em 1902 e inaugurado em 1907 no apogeu da era da borracha, época de grande progresso econômico da região. É considerado o porto mais original do Brasil. Construído em um cais flutuante, ele acompanha o nível das águas do rio Negro em épocas de cheia e seca. Sua estrutura permite receber vários navios de grande porte mesmo durante grandes vazantes.

1.3.2 Localização

O porto está situado entre a praia de São Vicente e a rampa do mercado municipal Adolfo Lisboa. À esquerda da entrada fica o edifício da Alfândega que veio pré-fabricado do Inglaterra onde funciona o escritório do porto e do lado oposto ficam os armazéns, a frente fica a rampa destinada aos containers.

O cais flutuante compõe-se de duas partes distintas: a primeira em forma de T serve para a atracação de navios de cabotagem, a segunda parte é o trapiche que liga a balsa flutuante a ponte móvel. A ponte móvel tem 20 metros de largura e espaço para pedestre.

Na sua inauguração o porto recebia pacotes ingleses, italianos, franceses e alemães e navios de luxo dos Boots Line e Lamport transportando mercadorias e passageiros. Após sua inauguração o porto passou a ser o principal ponto turístico da cidade na Belle Époque.

A administração é realizada pela Sociedade de Navegação, Portos e Hidrovias do Estado do Amazonas (SNPH), por delegação ao estado do Amazonas através do Convênio de delegação nr. 07/1997.

1.3.3 Estrutura do porto de Manaus

As instalações de acostagem consistem nos flutuantes do Roadway e das Torres. O flutuante do Roadway possui cinco berços, numa extensão de 253 m, e o das Torres, também com cinco berços, desenvolve-se por 268 m. Ambos estão ligados a um cais fixo por meio de duas pontes flutuantes de 100 m de comprimento cada uma.

Os berços, cujas profundidades variam entre 25 m e 45 m, permitem atracação, nas faces externas dos flutuantes, a navios de longo curso e, nas partes internas, a embarcações fluviais. Pode, ainda, ser utilizado o cais fixo denominado Cais do Paredão, com 276 m de comprimento e profundidades variando de 2 m a 12 m, e o cais da Plataforma Malcher, com 300 m e profundidades de 1 m a 11 m, para movimentação de contêineres.

A grande variação de profundidades nesses cais decorre do regime das águas do rio Negro. A área de armazenagem possui uma área útil de 17.562,94 m². Os pátios do terminal de contêiner possuem área de 21.406 m².

1.4 Justificativa

O acelerado processo de urbanização, aliado ao consumo crescente de produtos menos duráveis, e/ou descartáveis, provocou considerável aumento do volume e diversificação do lixo gerado e sua concentração espacial. Desse modo, o dever de gerenciar o lixo tornou-se uma tarefa que necessita de ações diferenciadas e articuladas. Relatos apontam para um consenso de que o lixo é um problema de responsabilidade dos poderes públicos, ainda que seja também de âmbito individual e da comunidade. A responsabilidade assume uma dimensão individual na medida em que cada um é responsável por jogar o seu próprio lixo em local adequado, e aqueles que não o fazem, geram problemas para a comunidade.

Apesar de reconhecerem a responsabilidade individual em relação ao processo de produção e de disposição do lixo, quando observados, eles demonstram nem sempre cumprir as responsabilidades atribuídas a si próprios.

Sob essa ótica, constata-se a importância do processo educacional para a formação de cidadãos conscientes, aptos para decidirem e atuarem em sua realidade, no sentido de fomentar decisões e atuações na realidade socioambiental de um modo comprometido com a vida, com o bem estar de cada um e da sociedade local e global.

Nesta perspectiva, este trabalho pretende obter, mediante análise dos dados dos questionários aplicados aos usuários da orla Manaus, um panorama geral sobre o pensamento a respeito de questões específicas sobre o meio ambiente e diagnosticar a preocupação ou não de padrões de comportamento e ações ambientalmente sustentáveis.

2. Referencial teórico

2.1 A Complexidade Ambiental e o Papel da Sociedade.

Refletir sobre a complexidade ambiental abre uma estimulante oportunidade para compreender a gestação de novos atores sociais que se mobilizam para a apropriação da natureza, afim de um processo educativo articulado e comprometido com a sustentabilidade e a participação massiva dos envolvidos. Sob mesma perspectiva, questiona valores e premissas que norteiam as práticas sociais prevalecentes, implicando mudança na forma de pensar e transformação nos hábitos e práticas cotidianas.

A preocupação com o desenvolvimento sustentável representa a possibilidade de garantir mudanças sociopolíticas que não comprometam os sistemas ecológicos e sociais que sustentam as comunidades. Sob esta ótica Beck (1992) trás a concepção de “sociedade de risco”, em que amplia a compreensão de um cenário marcado por nova lógica de distribuição dos riscos.

A lógica de distribuição de riscos, também configura uma redistribuição de responsabilidades. Neste sentido, Ulrich Beck, identifica a sociedade de risco com uma modernidade reflexiva, que emerge com a globalização, a individualização, a revolução de gênero, o subemprego e a difusão dos riscos globais.

O tema da sustentabilidade confronta-se com o paradigma da “sociedade de risco”. Isso implica a necessidade de se multiplicarem as práticas sociais baseadas no fortalecimento da educação ambiental em uma perspectiva integradora. E também demanda aumentar o poder das iniciativas baseadas na premissa de que um maior acesso à informação e transparência na administração dos problemas ambientais urbanos pode implicar a reorganização do poder e da autoridade.

De acordo com JACOBI (2003), alguns pontos devem ser considerados: a necessidade de incrementar os meios de informação e o acesso a eles, bem como o papel indutivo do poder público em criar caminhos possíveis para alterar o quadro atual de degradação socioambiental. Trata-se de promover o crescimento da consciência ambiental, expandindo a possibilidade da população participar em um nível mais alto no processo decisório, como uma forma de fortalecer sua corresponsabilidade na fiscalização e no controle dos agentes de degradação ambiental.

Ainda segundo o autor, já é inerente a demanda atual para que a sociedade esteja mais motivada e mobilizada para assumir um papel mais propositivo, bem como seja capaz de questionar, de forma concreta, a falta de iniciativa do governo na implementação de políticas ditadas pelas premissas da sustentabilidade (JACOBI, 2003).

Nesse sentido cabe destacar que a educação ambiental assume cada vez mais uma função transformadora, na qual a co-responsabilização dos indivíduos torna-se um objetivo essencial para promover um novo tipo de desenvolvimento – o desenvolvimento sustentável.

2.2 O papel do Estado – políticas públicas voltadas para a sustentabilidade.

A partir da década de sessenta, alguns fatores passaram a tornar evidente a necessidade de análise do sistema econômico como imerso num sistema maior, com o qual interage e impacta o meio ambiente. Destes merecem destaques: a acentuação da poluição que acompanhou a prosperidade pós-II Guerra nas economias industrializadas; as crises do petróleo da década de setenta;

Segundo MUELLER (2007), o sistema econômico, e seu desenvolvimento, eram tratados de forma isolada, autocontida, como se o meio ambiente pudesse fornecer recursos naturais como insumos de forma abundante e ilimitada, e servir como depósito, também ilimitado, aos resíduos e rejeitos desse sistema.

A busca pelo desenvolvimento sustentável, provoca uma nova visão que tenta trabalhar com ferramentas diversas das da economia tradicional, de modo a eliminar o crescimento obtido ao custo de elevadas externalidades negativas, sejam sociais ou ambientais.

A proteção do meio ambiente torna-se, assim, elemento fundamental no processo de desenvolvimento, pois toda forma de crescimento não sustentável seria oposta ao conceito de desenvolvimento em si, ao implicar na redução das possibilidades das gerações futuras (VARELLA, 2004).

As políticas públicas são consideradas atividades típicas do Estado social de direito e consequência direta da necessidade de participação social em sua efetivação. São na verdade, a organização sistemática dos motivos fundamentais e dos objetivos que orientam os programas de governo relacionados à resolução de problemas sociais. (BUCCI, 2002)

Diante deste contexto cabe ao Estado, buscar transformar as dimensões do desenvolvimento sustentável em critérios objetivos de políticas públicas, sendo o desafio da sustentabilidade, um desafio eminentemente político, de aliança entre distintos grupos sociais a impulsionar as transformações necessárias, sem que se

reduza a questão ambiental a argumentos técnicos para a tomada de decisões racionais (RAMOS, 2009).

2.3 A gestão dos resíduos sólidos no Brasil

As atividades de limpeza pública são realizadas em parte pela própria comunidade ou por seus setores organizados, sendo a maioria dos serviços realizados pelo poder público. As responsabilidades pela execução destas atividades precisam ser regulamentadas definindo-se claramente aquelas que caberão aos cidadãos, às organizações e ao governo municipal, de modo que se possam alcançar melhorias da qualidade de vida e do ambiente no meio urbano.

No Brasil, a responsabilidade pela prestação destes serviços é do poder público municipal. Ao longo dos últimos anos, neste setor não se verificou avanços tão significativos, como em outros segmentos do saneamento, tais como a cobertura do abastecimento de água e das redes de coleta de esgotos.

A gestão de resíduos sólidos no Brasil apresenta indicadores que mostram um baixo desempenho dos serviços de coleta e, principalmente, na disposição final do lixo urbano. Paralelamente, as atividades privadas de reaproveitamento (reutilização e reciclagem) de sucatas reintroduzem grande parte do lixo urbano no processo produtivo.

Do ponto de vista político, as diretrizes internacionais, além de considerarem a necessidade de minimização da geração de resíduos, a maximização do reaproveitamento e uma correta destinação final; apontam no sentido do redimensionamento do papel do Estado, que deverá definir políticas setoriais mais eficientes, além de conviver com a flexibilização institucional atuando em parceria com o setor privado.

A estruturação de uma Política Nacional de Resíduos Sólidos vem ao encontro de um dos grandes desafios a ser enfrentado pelos governos e pelo

conjunto da sociedade brasileira - a magnitude do problema da geração de resíduos sólidos.

Hoje, no Brasil, segundo a Pesquisa Nacional de Saneamento Básico - PNSB, realizado em 2000 pelo IBGE, coletam-se diariamente, cerca de 125.281 mil toneladas de resíduos domiciliares, sendo que 47,1 % dos mesmos vão para aterros sanitários. O restante, 22,3%, segue para aterros ditos controlados e 30,5% para lixões. Uma parcela mínima (nem contabilizada na pesquisa) é coletada seletivamente e destinada para a reciclagem.

A pesquisa revela uma tendência de melhora no quadro, entretanto o próprio Instituto ressalva que “não é provável que se tenha atingido a qualidade desejada de destinação final do lixo urbano no Brasil, na medida em que estes locais, por estarem geralmente na periferia das cidades, não despertam interesse da população formadora de opinião, tornando-se, assim, pouco prioritários na aplicação de recursos por parte da administração municipal” (IBGE, 2000).

Corroborando esta avaliação, o fato de 3.502 dos municípios brasileiros, ou seja, 63,6% do total, usarem lixões para depositarem seus resíduos. Por outro lado, ao considerar que os chamados “aterros controlados” são uma modalidade de disposição de resíduos extremamente frágil, é portanto questionável quando definida como uma forma “adequada” de tratamento.

Vale lembrar que as cidades, especialmente as grandes, enfrentam a crescente falta de espaços, para a construção de aterros. Nos municípios pequenos e médios estes espaços podem servir para outras finalidades mais importantes como a agricultura, turismo, lazer.

A estas dificuldades e desvantagens de destinação para aterros sanitários, acrescenta-se os altos custos para instalação e gerenciamento deste tipo de infraestrutura.

Estabelecer princípios, objetivos e instrumentos, bem como diretrizes e normas para o gerenciamento dos resíduos no país, é de extrema relevância. Mais relevante ainda é o fato dessa política definir um papel para o Estado na direção de um desenvolvimento socialmente justo e ambientalmente sustentável (CAMPOS, 2005).

A Política Nacional está sendo intensamente debatida por inúmeros setores sociais interessados na implementação de uma legislação que não apenas regule o funcionamento desta área, mas principalmente institua leis que resultem em mudanças na situação dos resíduos sólidos em nível federal, estadual e municipal.

Segundo CAMPOS (2005) este é um ponto chave que envolve mudanças em toda cadeia produtiva, tendo em vista a busca de um novo paradigma – o da sustentabilidade ambiental. A responsabilização das indústrias envolve desde o processo de produção de bens e serviços até o pós-consumo, o que deverá levar à revisão de processos produtivos com vistas à redução da geração de resíduos. Esta abordagem requer do setor produtivo uma redefinição e uma nova postura quanto às matérias-primas utilizadas e quanto ao perfil de produtos oferecidos no mercado.

3. Técnicas de pesquisa utilizadas no presente trabalho

As técnicas de pesquisa constituem procedimentos aplicáveis a uma pesquisa científica, proporcionando a necessária orientação e sistematização das ações para que seu desenvolvimento alcance todos os seus objetivos estabelecidos inicialmente.

Para o estudo proposto, foram aplicadas as seguintes técnicas:

- a) Técnica da Pesquisa Bibliográfica, A metodologia utilizada para abordar o tema escolhido de forma clara será a pesquisa bibliográfica em livros, artigos, revistas e internet; paralelamente foi feita a pesquisa de campo, procedendo-se ao levantamento prévio sobre obras e estudos existentes sobre o tema que poderão

- b) ser utilizados, considerando sua importância quanto à aplicabilidade como no estudo proposto;
- c) Entrevistas com ambulantes, comerciantes, donos de barcos, passageiros, funcionários da SEMULSP (Secretaria Municipal de Limpeza e Serviços Público), usuários que se utilizam da Orla de Manaus. Indagou-se aos entrevistados do local qual a forma que ele, usuários cuidavam do lixo produzido diariamente nos seus locais de trabalho. Foram unânimes em afirmar que cuidavam de forma adequada colocando na lixeira, contrastando com o observado *in loco*.
- d) Técnica da Observação, através do emprego da razão com a possibilidade de contato junto à realidade da estrutura da Orla de Manaus, por intermédio da realização de observações no local de estudo. A técnica empregada por meio de visita ao local em questão, oportunidade em que foi possível identificar situações e obter elementos informativos que servirão como referências complementares a outras fontes de dados ampliando o significado e alcance da análise pretendida, incorporando novas informações do estudo, caso estas não estiverem previstas no planejamento do método observacional.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Tabela 1

Perfil dos usuários da orla de Manaus quanto ao sexo

Sexo	Frequência	Percentual (%)
Masculino	37	59,68
Feminino	25	40,32
Total	62	100

Fonte: O Autor da pesquisa

Tabela 2

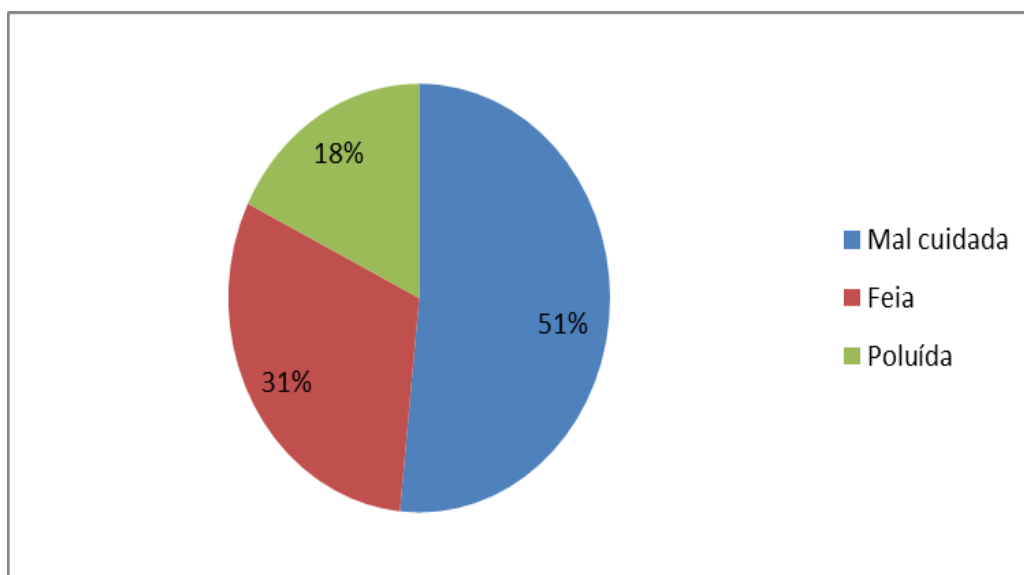
Perfil dos usuários da orla de Manaus quanto ao estado civil

Estado civil	Frequência	Percentual (%)
Solteiro	17	27,42
Casado	38	61,29
União estável	7	11,29
Total	62	100

Fonte: O Autor da pesquisa

Gráfico 1

Aparência da orla de Manaus segundo os usuários

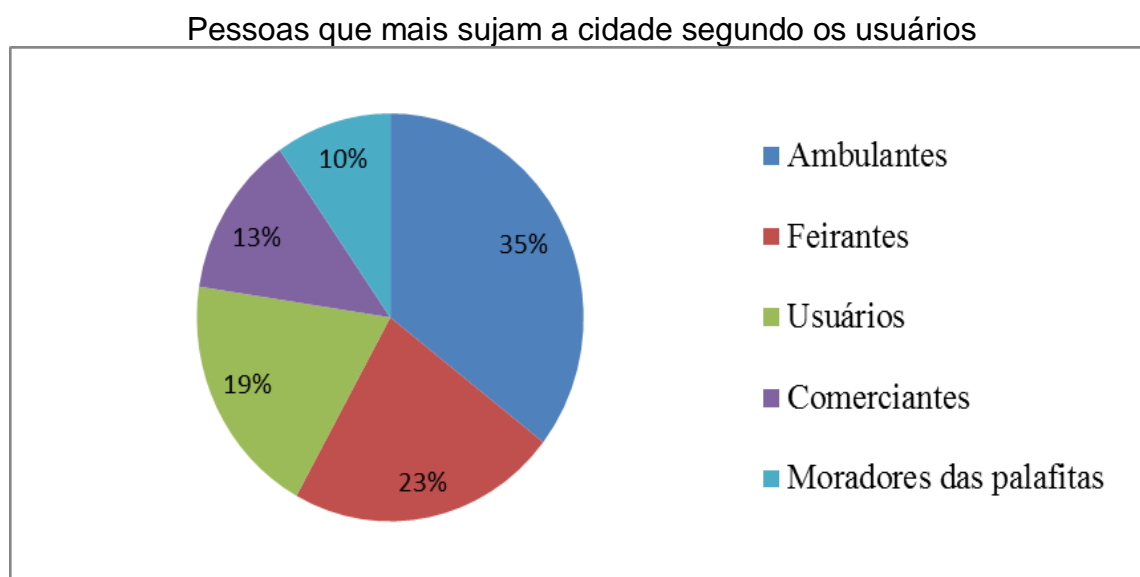


Fonte: O Autor da pesquisa.

Tabela 3

Motivos da falta de cuidado da orla de Manaus segundo os usuários		
Motivos	Frequência	Percentual
Falta de investimento do governo	23	37,1
Falta de manutenção	18	29,0
Muitas palafitas	5	8,1
Falta de conscientização do povo	16	25,8
Total	62	100

Fonte: O Autor da pesquisa

Gráfico 2

Fonte: O Autor da pesquisa

Tabela 4

Garis fazem a limpeza da orla segundo os usuários

Limpeza dos garis	Frequência	Percentual (%)
Sim	46	74,19
Não	9	14,52
Frequentemente	7	11,29
Total	62	100

Fonte: O Autor da pesquisa

Tabela 5

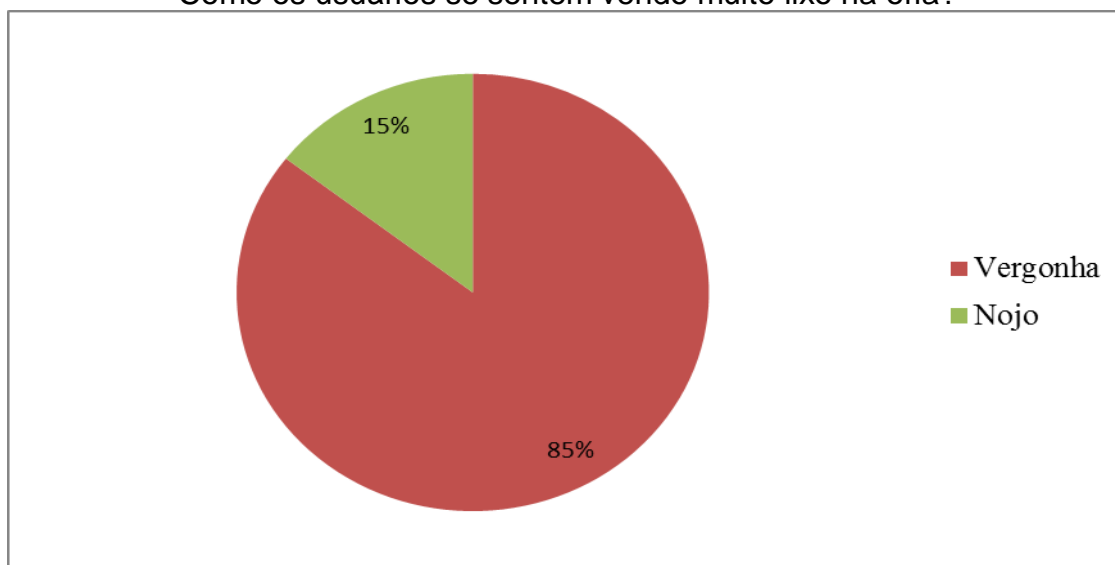
Como os usuários guardam o lixo que produz?

Forma	Frequência	Percentual (%)
Saco numa lixeira com tampa	37	59,68
Saco para o lixeiro levar	21	33,87
Joga no contêiner de lixo	4	6,45
Total	62	100

Fonte: O Autor da pesquisa

Gráfico 3

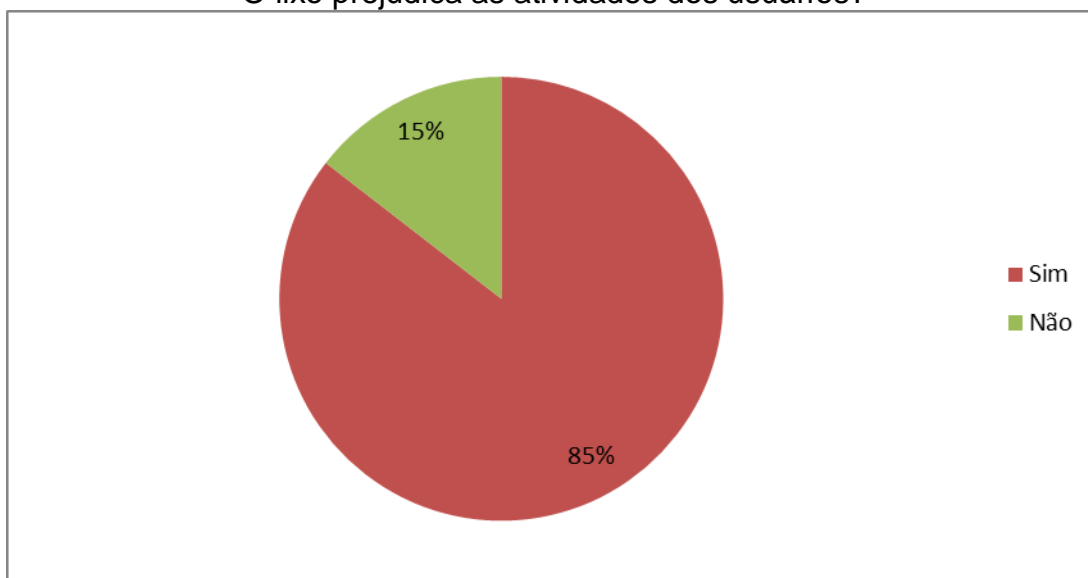
Como os usuários se sentem vendo muito lixo na orla?



Fonte: O Autor da pesquisa

Gráfico 4

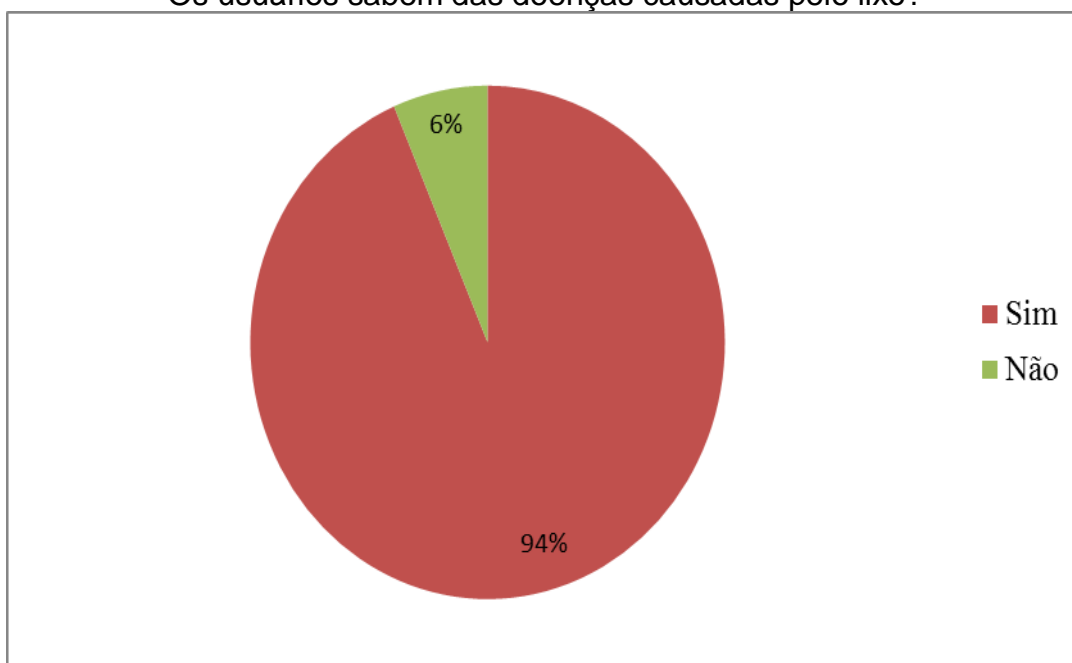
O lixo prejudica as atividades dos usuários?



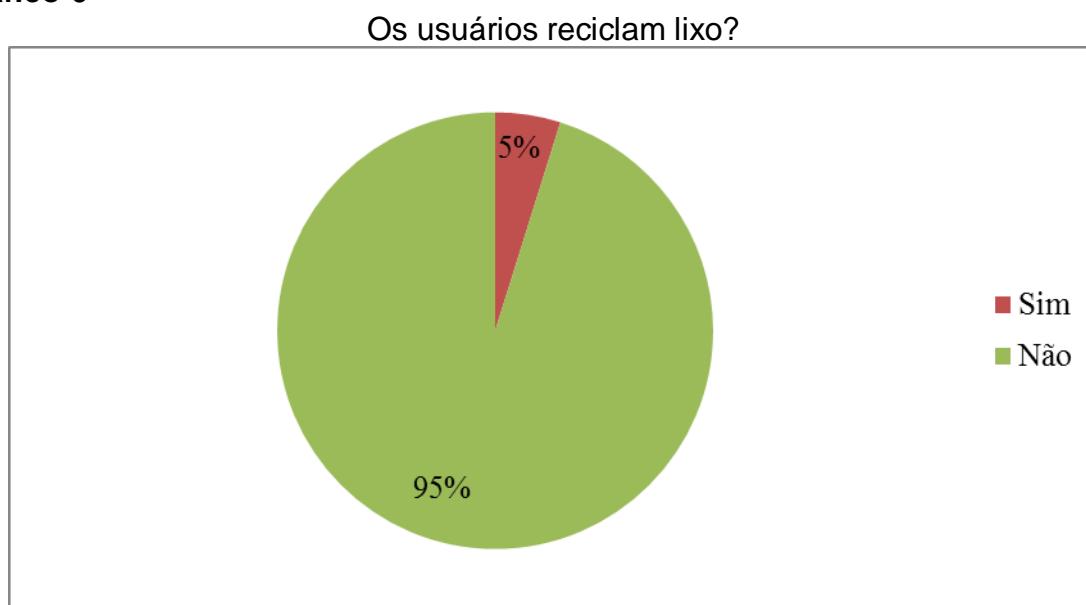
Fonte: O Autor da pesquisa

Gráfico 5

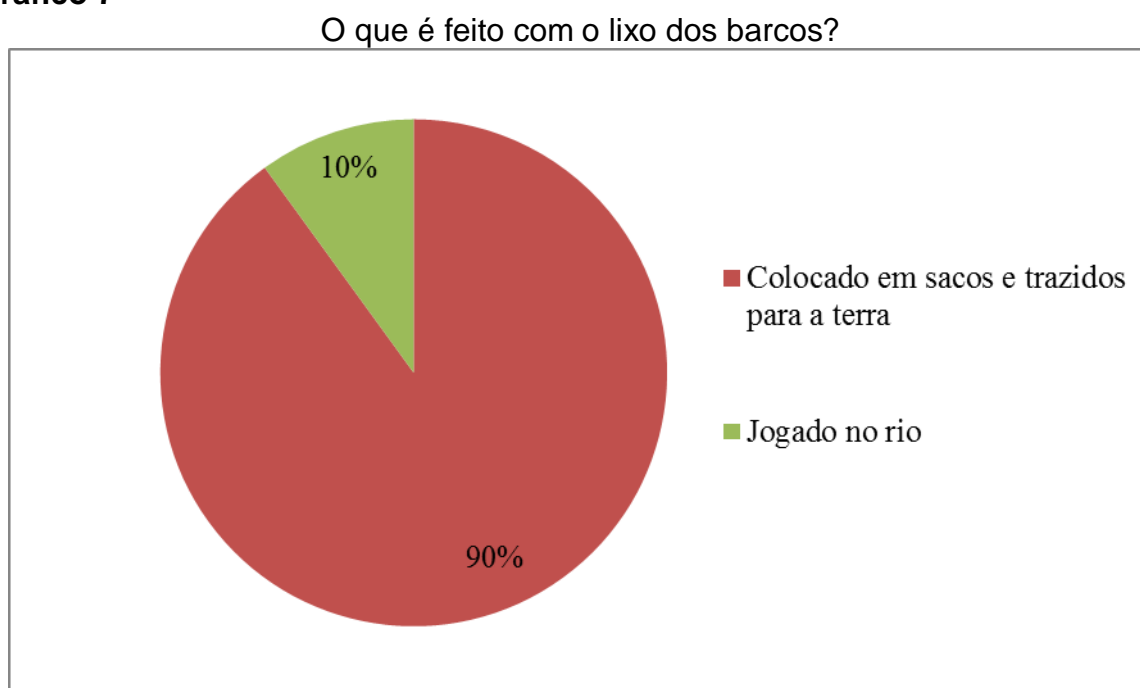
Os usuários sabem das doenças causadas pelo lixo?



Fonte: O Autor da pesquisa

Gráfico 6

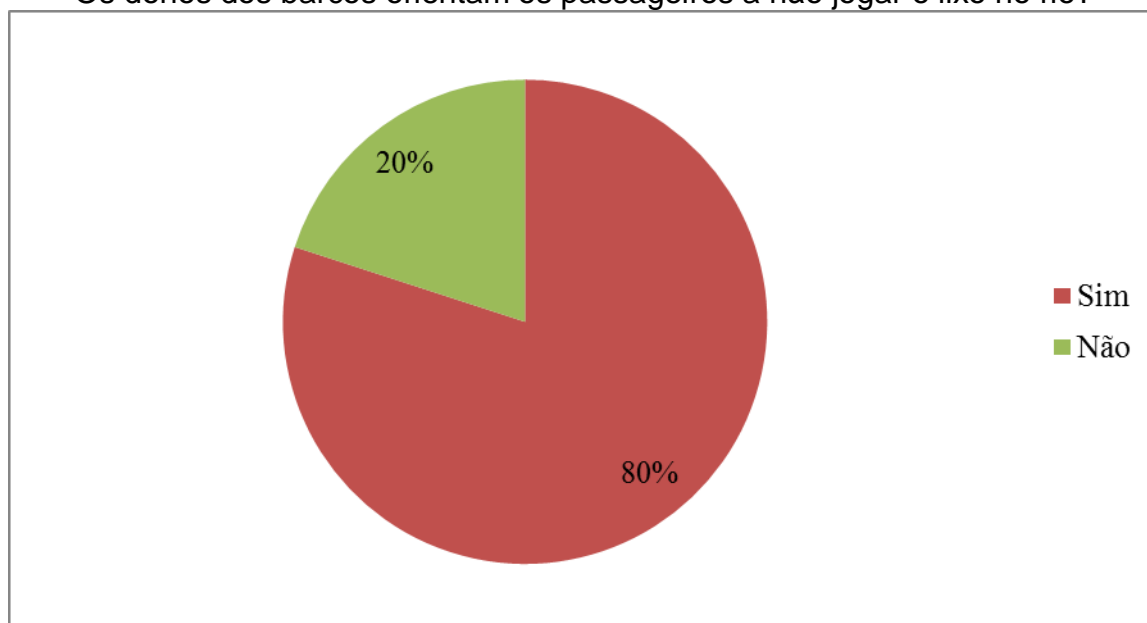
Fonte: O Autor da pesquisa

Gráfico 7

Fonte: O Autor da pesquisa

Gráfico 8

Os donos dos barcos orientam os passageiros a não jogar o lixo no rio?



Fonte: O Autor da pesquisa

Tabela 6

Como o lixo é coletado nos barcos

Coleta do lixo			Frequência	Percentual (%)
Tambores plásticos	com	sacos	10	100

Fonte: O Autor da pesquisa

Tabela 7

Sugestões dos usuários sobre o melhoramento da frente de Manaus		
Sugestões	Frequência	Percentual (%)
Maior investimento em infraestrutura na área	29	46,77
Conscientizar a população na questão do lixo	26	41,94
Retirar os ambulantes	4	6,45
Retirar as feiras da frente da cidade	3	4,84
Total	62	100

Fonte: O Autor da pesquisa

5. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

A capacitação ambiental das organizações portuárias, que constitui um dos principais instrumentos da sua gestão ambiental, iniciada pela criação de um núcleo ambiental na estrutura da administração, que possua profissionais de diversas áreas, como químicos, biólogos, oceanógrafos, arquitetos e urbanistas, entre outros, além dos próprios profissionais do porto.

Além disso, a capacitação deve envolver o incremento do conhecimento teórico e prático das matérias ambientais e a formação de uma base adequada de dados técnicos para realizar uma boa gestão ambiental. A capacitação deve ser complementada com o treinamento dos agentes portuários para condições e situações de gestão ambiental, especialmente para as emergências.

Os planos de emergência requerem simulações das situações para os quais foram elaborados. Essas simulações devem ser periódicas e aprimoradas constantemente, tanto pela agregação de tecnologia, como de métodos de atuação. Além da constante implantação das técnicas operacionais, é necessário o preparo prévio da estrutura física dos portos para o atendimento a emergências e para a própria operação rotineira dos portos no que concerne às questões ambientais.

É importante que a matéria ambiental alcance o nível de decisão da organização, sendo incorporadas às questões estratégicas da atividade, tornando-se assunto relevante e criando uma imagem de boas práticas ambientais da instituição. Trata-se, por exemplo, de dar respostas imediatas às demandas nesse campo, como nos casos de acidentes com cargas poluentes. O planejamento ambiental da atividade portuária é, a capacitação ambiental das organizações portuárias, que constitui um dos principais instrumentos da sua gestão ambiental, iniciada pela criação de um núcleo ambiental na estrutura da administração, que possua profissionais de diversas áreas, como químicos, biólogos, oceanógrafos, arquitetos e urbanistas, entre outros, além dos próprios profissionais do porto.

Além disso, a capacitação deve envolver o incremento do conhecimento teórico e prático das matérias ambientais e a formação de uma base adequada de dados técnicos para realizar uma boa gestão ambiental. A capacitação deve ser complementada com o treinamento dos agentes portuários para condições e situações de gestão ambiental, especialmente para as emergências.

Os planos de emergência requerem simulações das situações para os quais foram elaborados. Essas simulações devem ser periódicas e aprimoradas constantemente, tanto pela agregação de tecnologia, como de métodos de atuação. Além da constante implantação das técnicas operacionais, é necessário o preparo prévio da estrutura física dos portos para o atendimento a emergências e para a própria operação rotineira dos portos no que concerne às questões ambientais.

É importante que a matéria ambiental alcance o nível de decisão da organização, sendo incorporadas às questões estratégicas da atividade, tornando-se assunto relevante e criando uma imagem de boas práticas ambientais da instituição.

Trata-se, por exemplo, de dar respostas imediatas às demandas nesse campo, como nos casos de acidentes com cargas poluentes. O planejamento ambiental da atividade portuária é, certamente, a peça mais importante da gestão ambiental, e faz parte da preparação da atividade portuária para uma gestão ambiental adequada.

O planejamento requer pensar antes as intervenções no meio ambiente para colher os melhores resultados dessas intervenções. Uma das funções do planejamento é tratar de forma integral esse espaço portuário “ampliado”, discutindo com as demais autoridades territoriais as questões de controle da degradação ambiental ocasionada pela atividade.

A relação porto – cidade dos portos urbanos é um dos pontos cruciais do planejamento portuário, pelos conflitos normalmente inerentes ao trânsito de cargas naqueles densamente povoados.

REFERÊNCIAS

ANELLO, L. F. S. (2006) – **A educação ambiental e o licenciamento no sistema portuário de Rio Grande. Coleção Meio Ambiente.** Série Educação Ambiental n. 10, IBAMA, Brasília, Brasil;

BUCCI, Maria Paula Dollari. **Direito administrativo e políticas públicas.** São Paulo: Saraiva, 2002

CADERNOS EBAPE. BR. Disponível em <http://ebape.fgv.br/cadernos/ebape/asp/dsp> acesso em 28/06/2011.

CAMPOS, Jayme de Oliveira - **Gestão de resíduos: valorização e participação** – Rio Claro: LPM/IGCE/UNESP, 2005

CAIXETA, Dalma Maria. **Geração de energia elétrica a partir da incineração do lixo urbano:** caso de Campo Grande/MS-2005. Disponível em <4ccr.pgr.mpf.gov.br/documentos-e-publicacoes/dissertaacao_dalma.pdf> Acesso em 07/07/2011

CARMO, Scarlet. Cadernos EBAPE.BR. **A Semântica do lixo e o desenvolvimento socioeconômico dos catadores de recicláveis.** < Disponível em www.academicoo.com/a-semantica-do-lixo-e-o-desenvolv...>. Acesso em 04/05/2011

COELHO, Rodrigues Ludimar. **Pesquisa Infraestrutura parte 1: portos brasileiros** <<http://www.logisticadescomplicada.com/pesquisa-infraestrutura-portos-brasileiros/>> Acesso em 23 de maio. 2011;

GOULARTI FILHO, A. (2007) – **Melhoramentos, reaparelhamentos e modernização dos portos brasileiros:** a longa e constante espera. Economia e sociedade, 16(3): 455-189 ;

KASHIWAGURA, Júlia Brandao. **Diagnóstico dos resíduos sólidos recicláveis no município de Rosana/SP.** Uma alternativa turística Rosana/SP, 2007.

KITZMANN, D. I. S. & ASMUS. M. L. (2006) – **Gestão ambiental portuária: Desafios e possibilidades.** Revista de Administração Pública, 40(6): 1041-1060;

KOFF ADÉLIA, MARIA NEHME SIMÃO e AZEVEDO ELY, SCHULTZ PEREIRA. Curso de Educação Ambiental: **Uma Introdução À Gestão Ambiental Portuária. – vol. 2 – livro texto.** Diretoria de Portos e Costas, Ensino Profissional Marítimo – Rio de Janeiro: gráfica e editora ZIT;

MUELLER, Charles C. **Os economistas e as relações entre o sistema econômico e o meio ambiente**. Brasília: Finatec, 2007.

MACIEL, Marcela Albuquerque. **Políticas públicas e desenvolvimento sustentável**. A avaliação ambiental estratégica como instrumento de integração da sustentabilidade ao processo decisório. Jus Navigandi, Teresina, ano 16, n. 2913, 23 jun. 2011. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/19374>>. Acesso em: 7 set. 2011.

OLIVEIRA, Tavares Carlos. **Modernização dos Portos**. Editora: Aduaneiras. 3ª edição, 2000;

PORTO, Maia Marcos e TEIXEIRA, Gein Sérgio. **Portos e Meio Ambiente**. Ed: Aduaneiras, 2002, São Paulo – SP;

RAIMUNDO F, KAPPEL. **Portos Brasileiros Novos Desafios para a Sociedade**. Breve Histórico dos Portos Brasileiros. Disponível em: http://www.sbpcnet.org.br/livro/57ra/programas/CONF_SIMP/textos/raimundokappel.htm. Acesso em: 20. maio 2011.

REVISTA BRASILEIRA DE GESTÃO AMBIENTAL. Disponível em <<http://www.gestaosocioambiental.net/ojs/1.1.10/ojs/index.php>>. Acesso em 15/05/12.